

Minuta da Ata
da Reunião de Junta de Freguesia

Reunião nº 14
Data: 22/06/2017

Carácter

8ª Extraordinária

Local: Sala de Reuniões da Sede da Junta de Freguesia

PONTO 7 – Alteração ao Regulamento da Feira do Silvado e Feira da Arroja.

Pelo Sr. Presidente, foi apresentado para aprovação a proposta.

Pelo Sr. Presidente, foi colocado à votação o documento tendo sido o mesmo.

Aprovado por unanimidade.

Despacho:

*Ass. Encarregados e gabinete jurídico
para os devidos efeitos*

*Bemeter ao Sr. Presidente da AFO para
deliberação na AFO.*

22.06.17

Proposta N° 72/ Presidente /2017

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA FEIRA DO SILVADO E FEIRA DA ARROJA

Considerando:

O artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, que consagra a autonomia regulamentar das autarquias locais, estabelecendo que as mesmas *"dispõem de poder regulamentar próprio nos limites da Constituição, das leis e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autoridades com poder tutelar"*,

Proponho, nos termos e para os efeitos da al. h), n.º 1 do art.16º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação por parte do executivo, à alteração do Regulamento da Feira do Silvado e Feira da Arroja, que se junta como **ANEXO I** e que faz parte integrante da presente proposta, nos seguintes termos:

Artigo 15º
Deveres

(...):

a) (...);

b) *Ocupar os lugares licenciados até às 08h30 e deixá-los devidamente limpos até uma hora após o encerramento da feira, devendo igualmente neste período, remover todo o material exposto, assim como todos os resíduos inerente à sua atividade, sob pena de, não o fazendo, no primeiro caso o mesmo ser considerado abandonado e, como tal, recolhidos pelos serviços competentes e no segundo caso ficando sujeito à coima estabelecida no Anexo III (Coimas), número 1, alínea I, deste Regulamento.*

c) (...);

d) (...);

e) (...);

f) (...);

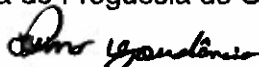
g) (...);

h) (...).

Esta proposta que se submete ao executivo, carece de deliberação da Assembleia de Freguesia, nos termos do disposto da al. f) do artigo 9º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se propõe o envio da presente aquele órgão deliberativo para os devidos efeitos.

Odivelas, 20 de junho de 2017

O Presidente da
Junta de Freguesia de Odivelas



Nuno Gaudêncio



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Regulamento Feira do Silvado Feira da Arroja

Handwritten signatures and initials on the right side of the page.

17

INDICE

Artigo 1.º - Âmbito	3
Artigo 2.º - Organização	3
Artigo 3.º - Definições	3
Artigo 4.º - Localização	3
Artigo 5.º - Periodicidade e horários de funcionamento	3
Artigo 6.º - Área de terrados	3
Artigo 7.º - Inscrições	4
Artigo 8.º - Atribuição dos terrados	4
Artigo 9.º - Prazo de atribuição	4
Artigo 10.º - Taxas e pagamento	4
Artigo 11.º - Exercício da venda	4
Artigo 12.º - Faltas	5
Artigo 13.º - Caducidade das autorizações	5
Artigo 14.º - Direitos	5
Artigo 15.º - Deveres	6
Artigo 16.º - Cartão de feirante	6
Artigo 17.º - Cartão identificativo para familiares ou empregados dos feirantes	6
Artigo 18.º - Condições higieno-sanitárias	7
Artigo 19.º - Características dos tabuleiros e bancadas	7
Artigo 20.º - Preço ao público	7
Artigo 21.º - Publicidade enganosa e concorrência desleal	7
Artigo 22.º - Propaganda	8
Artigo 23.º - Infrações	8
Artigo 24.º - Penalizações	8
Artigo 25.º - Pagamento voluntário	8
Artigo 26.º - Fiscalização e notícia de infração	8
Artigo 27.º - Suspensão definitiva da feira	9
Artigo 28.º - Suspensão temporária da feira	9
Artigo 29.º - Termo de responsabilidade	9
Artigo 30.º - Direito subsidiário	9
Artigo 31.º - Entrada em vigor	9
ANEXOS	10
ANEXO I	11
ANEXO II	12
ANEXO III	13
ANEXO IV	15

[Handwritten signatures]

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Artigo 1º
Âmbito

O presente Regulamento aplica-se às feiras que se realizam na freguesia de Odivelas, sob a gestão da Junta de Freguesia (Feira do Silvado e Feira da Arroja), designadas abreviadamente por feiras.

Artigo 2º
Organização

A organização e funcionamento das feiras são da competência da Junta de Freguesia de Odivelas, adiante designada por JFO, regendo-se pelo presente Regulamento e legislação aplicável.

Artigo 3º
Definições

1. Feira – Espaço físico delimitado no anexo I em que terão lugar as transações comerciais;
2. Terrado – Lugar de venda autorizada pela JFO;
3. Feirante – Aquele que exerce a atividade comercial nas feiras;
4. Taxa – Valor pago pelo feirante pelo exercício da sua atividade comercial no espaço de venda;
5. Taxa extra – Valor correspondente na comparticipação nas despesas de eletricidade.

Artigo 4º
Localização

1. A Feira do Silvado realiza-se no Parque Urbano do Silvado, com o acesso principal (automóvel e pedonal) pela Rua Humberto Ataíde, pela Rua Nuno Montemor (automóvel e pedonal), pela Rua António Feliciano Castilho (pedonal) e pela Rua Aires Ornelas (pedonal), na cidade de Odivelas.
2. A Feira da Arroja realiza-se na Arroja, junto à Escola Básica Manuel Coco, entre as ruas Sara Afonso e Dr. João Santos.

Artigo 5º
Periodicidade e Horário de Funcionamento

1. A Feira do Silvado realiza-se todas as segundas-feiras com o seguinte horário:
 - Período de Verão (de 1 de abril a 30 de setembro): das 8h30 às 17h00
 - Período de Inverno (de 1 de outubro a 31 de março): das 8h30 às 16h00
2. A Feira da Arroja realiza-se todos os sábados com o seguinte horário: 7h00 às 13h00

Artigo 6º
Área dos terrados

1. Cada Terrado terá a área de 12,5 a 46 m², sendo as respetivas dimensões de:
 - a) 2,5 x 5 m; 3 x 8 m; 5 x 5 m; 5 x 7 m
 - b) Lotes de dimensão variável entre 30 – 46 m²
2. Salvaguardam-se situações excecionais para pequenas ocupações.

CAPITULO II

Terrados e taxas

Artigo 7º

Inscrições

A inscrição dos feirantes para a ocupação dos terrados nas Feiras do Silvado e da Arroja, faz-se na JFO, no Gabinete de Licenciamentos, sito na Alameda do Poder Local - nº 4, 2675-427 Odivelas, através do preenchimento de formulário próprio dirigido ao Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas e cumprindo os requisitos estabelecidos.

Artigo 8º

Atribuição dos terrados

1. A atribuição far-se-á através de ato público.
2. As condições de atribuição dos terrados serão indicadas nos respetivos anúncios.
3. Aos feirantes que ocupem lugares a título ocasional poderão ser atribuídas diretamente licenças de ocupação e emissão do respetivo cartão.
4. Sempre que se proceda à atribuição de terrados vagos, será afixada nas instalações da JFO, com 30 dias de antecedência, a relação completa desses terrados, sua localização e, se for o caso, o ramo a que se destinam. A mesma informação será ainda fixada nos locais habituais através de editais.
5. A atribuição é sempre precária e onerosa, não podendo o direito adquirido ser transmissível a terceiros a nenhum título, excetuando-se o caso de morte ou invalidez permanente.

Artigo 9º

Prazo de Atribuição

1. A atribuição dos terrados é efetuada por tempo indeterminado e consiste na atribuição de um lugar certo.
1. A JFO também poderá ter terrados para feirantes ocasionais. A taxa será acrescida de 100% ao valor definido por m², considerando a despesa suplementar originada pelo carácter não permanente.

Artigo 10º

Taxas e Pagamento

1. Pela ocupação ou utilização dos terrados no recinto da Feira, são devidas as taxas constantes na Tabela anexa a este Regulamento e que do mesmo faz parte integrante.
2. O titular do terrado, pagará no momento da atribuição, a taxa de início de atividade, a taxa de ocupação mensal e um mês de caução.
3. O feirante ocasional pagará no ato da entrada as taxas inerentes ao dia solicitado.
4. O pagamento da taxa de ocupação mensal do terrado, será efetuado nas duas primeiras segundas-feiras de cada mês, no secretariado da JFO instalado no recinto da Feira do Silvado e na Feira da Arroja no segundo sábado de cada mês, sendo os atrasos no pagamento sujeitos a uma taxa acrescida de 25% do valor em dívida, sendo, neste caso, o pagamento efetuado na tesouraria da JFO.

Artigo 11º

Exercício da venda

É vedado o comércio na feira:

- a) A quem não possua autorização de ocupação do terrado;
- b) A quem não tenha as taxas de ocupação ou utilização em dia.

osto no artigo 13º.
ença, que deverão ser
dias a contar da data da

- 

Artigo 13º

- 

CAPITULO III

Artigo 14º



- ✱
✱
✱

107. 24

18

Artigo 15º
Deveres

Os feirantes, seus familiares e empregados no exercício da sua atividade, devem:

- a) Respeitar na íntegra o presente Regulamento;
- b) Ocupar os lugares licenciados até às 08h30 e deixá-los devidamente limpos até uma hora após o encerramento da feira, devendo, neste período, remover todo o material exposto, assim como todos os resíduos inerente à sua atividade, sob pena de, não o fazendo, no primeiro caso o mesmo ser considerado abandonado e, como tal, recolhidos pelos serviços competentes e no segundo caso ficando sujeito à coima estabelecida no Anexo III (Coimas), número 1, alínea I, deste Regulamento.
- c) Apresentarem-se em condições de higiene e cumprir os preceitos elementares de higiene, sendo vedada a sua comparência na feira em caso de embriaguez;
- d) Ocupar os lugares licenciados em todos os dias de feira, excetuando o caso previsto no artigo anterior;
- e) Efetuar o pagamento das taxas de ocupação no prazo estipulado no presente Regulamento;
- f) Fazer-se acompanhar, para apresentação às entidades fiscalizadoras, do cartão identificativo emitido pela Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE), que deverão exibir sempre que exigido, afixando no espaço atribuído um letreiro no qual conste a identificação ou firma e o número de registo da DGAE;
- g) Fazer-se acompanhar das faturas ou documentos equivalentes comprovativos da aquisição dos produtos destinados à venda;
- h) Montar as estruturas de suporte com toldos respeitando as normas de segurança adequadas a evitar acidentes, sob pena de serem responsabilizados pelos prejuízos que possam causar a terceiros.

Artigo 16º
Cartão de Feirante

1. Os feirantes só podem exercer a sua atividade comercial na feira desde que sejam portadores de cartão de feirante emitido pela JFO.
2. No cartão de feirante constarão os seguintes elementos:
 - Nome do titular, número de identificação fiscal e fotografia;
 - Número de VFO e número de terrado;
 - Identificação da atividade para a qual está licenciado;
 - Número do Cartão Único de Feirante;
 - Identificação das viaturas autorizadas a entrar e permanecer no recinto da feira (marca, modelo e matrícula);
 - Vinheta ou carimbo correspondente ao pagamento atualizado da taxa mensal.
3. O cartão de feirante é pessoal e intransmissível, devendo ser devolvido aos serviços logo que cesse a atividade do seu titular.

Artigo 17º
Cartão identificativo para familiares ou empregados dos feirantes

Os familiares e empregados dos feirantes, no exercício da atividade na feira, deverão ser portadores de cartão identificativo emitido pela JFO onde, para além da sua própria identificação, conste a identidade do feirante titular do respetivo terrado.

J. ~~2~~ ~~3~~ ~~4~~ ~~5~~ ~~6~~ ~~7~~ ~~8~~ ~~9~~ ~~10~~ ~~11~~ ~~12~~ ~~13~~ ~~14~~ ~~15~~ ~~16~~ ~~17~~ ~~18~~ ~~19~~ ~~20~~ ~~21~~ ~~22~~ ~~23~~ ~~24~~ ~~25~~ ~~26~~ ~~27~~ ~~28~~ ~~29~~ ~~30~~ ~~31~~ ~~32~~ ~~33~~ ~~34~~ ~~35~~ ~~36~~ ~~37~~ ~~38~~ ~~39~~ ~~40~~ ~~41~~ ~~42~~ ~~43~~ ~~44~~ ~~45~~ ~~46~~ ~~47~~ ~~48~~ ~~49~~ ~~50~~ ~~51~~ ~~52~~ ~~53~~ ~~54~~ ~~55~~ ~~56~~ ~~57~~ ~~58~~ ~~59~~ ~~60~~ ~~61~~ ~~62~~ ~~63~~ ~~64~~ ~~65~~ ~~66~~ ~~67~~ ~~68~~ ~~69~~ ~~70~~ ~~71~~ ~~72~~ ~~73~~ ~~74~~ ~~75~~ ~~76~~ ~~77~~ ~~78~~ ~~79~~ ~~80~~ ~~81~~ ~~82~~ ~~83~~ ~~84~~ ~~85~~ ~~86~~ ~~87~~ ~~88~~ ~~89~~ ~~90~~ ~~91~~ ~~92~~ ~~93~~ ~~94~~ ~~95~~ ~~96~~ ~~97~~ ~~98~~ ~~99~~ ~~100~~

CAPITULO IV
Condições a observar na utilização dos terrados e na exposição dos produtos

Artigo 18º
Condições Higiene-Sanitárias

1. Os géneros alimentícios, incluindo alimentos preparados, só podem ser vendidos nos terrados para tal licenciados:
 - a) Quando são expostos para venda, os produtos alimentares, incluindo pão e produtos afins, devem ser guardados em recipientes adequados à preservação do seu estado e em condições higiénicas que os protejam de poeiras, contaminações ou contactos que, de qualquer modo, possam afetar a saúde do consumidor;
 - b) As embalagens de produtos alimentares (recipientes ou invólucros) que contactem com os géneros alimentícios deverão obedecer aos requisitos estabelecidos na legislação em vigor;
 - c) No transporte e exposição dos produtos é obrigatório separar os produtos alimentares dos de natureza diferente, bem como, os que de algum modo possam ser afetados pela proximidade dos outros;
 - d) Tendo em consideração a defesa das boas condições sanitárias em que os produtos podem ser comercializados, a JFO, fará cumprir as normas para a sua embalagem, acondicionamento e apresentação, não permitindo a sua venda em condições diversas.
2. Condições de transporte de pão em veículos que transportem igualmente outros produtos para a feira:
 - a) Durante o transporte do pão e produtos afins estes serão colocados em recipientes apropriados, os quais devem manter-se em rigorosas condições de higiene e não poder ser usados para fins diferentes;
 - b) Os recipientes que transportam pão e produtos afins devem ser colocados na parte mais protegida dos veículos de transporte, rigorosamente separados dos outros produtos. Se o veículo não for de caixa fechada e totalmente estanque, os recipientes de transporte deverão ainda ser protegidos por panos ou plásticos que os envolvam completamente e estejam em perfeitas condições de higiene.

Artigo 19º
Características dos tabuleiros e bancadas

1. Na exposição e venda dos produtos autorizados deverão os titulares dos terrados utilizar tabuleiros ou bancada móvel colocada à altura mínima exigida por lei, devendo ser mantido um rigoroso estado de asseio e higiene.
2. Os tabuleiros, bancadas ou quaisquer outros meios utilizados na venda, deverão ter afixados, em local bem visível ao público, a indicação do nome e número do cartão do respetivo comerciante.

Artigo 20º
Preço ao público

1. Os preços de venda dos produtos expostos deverão estar de acordo com a legislação em vigor.
2. É obrigatória a afixação, por forma bem legível e visível para o público, de tabelas, letreiros ou etiquetas, indicando o preço dos produtos, géneros e artigos expostos.

Artigo 21º
Publicidade enganosa e concorrência desleal

É proibida toda a publicidade que, por qualquer forma, induza ou seja suscetível de induzir em erro os seus destinatários ou possa prejudicar gravemente um concorrente, bem como a venda de produtos suscetíveis de violar direitos de propaganda industrial, bem como a prática de atos de concorrência desleal, nos termos de legislação em vigor.

Artigo 22º
Propaganda

Não é permitida propaganda ruidosa, com instrumentos de ampliação de som.

CAPITULO V

Infrações e Penalidades

Artigo 23º

Infrações

Serão consideradas infrações, passíveis de penalização, as seguintes práticas:

- a) Comercializar produtos diferentes daqueles para que estão autorizados, ou qualquer produto interdito constante do anexo IV;
- b) Proceder a cargas e descargas fora do horário estabelecido;
- c) Ocupar mais espaço do que a área que lhe foi concedida, ou áreas destinadas à circulação;
- d) Impedir ou dificultar o trânsito nos locais destinados à circulação de veículos ou peões;
- e) Dar ao terrado um uso diferente do que lhe está destinado;
- f) Dar ou prometer dar a funcionários ou agentes da JFO qualquer produto, artigo ou importância, a título de favorecimento, o que constitui crime;
- g) Apresentarem-se e permanecerem no recinto da feira em estado de embriaguez;
- h) Provocar poluição sonora para além dos limites legais;
- i) Serem causadores ou integrarem desacatos com outros comerciantes.

Artigo 24º

Penalizações

1. Aos titulares dos terrados, seus empregados ou familiares que infringjam o presente Regulamento, poderão ser aplicadas, além das coimas previstas no anexo III, as seguintes penalidades:
 - a) Advertência;
 - b) Repreensão registada;
 - c) Apreensão dos objetos conforme disposto no nº 3 do presente artigo;
 - d) Suspensão da atividade até 90 dias;
 - e) Cessação da atribuição e proibição total e definitiva da atividade comercial nas feiras de Odivelas.
2. Cabe à JFO apreciar a gravidade da violação e aplicar a penalidade mais justa ao caso concreto.
3. Podem ser provisoriamente apreendidos pelas autoridades administrativas competentes os objetos que serviram ou estavam destinados a servir para a prática de uma contraordenação.

Artigo 25º

Pagamento Voluntário

Quando o infrator satisfazer voluntariamente, no prazo que lhe for afixado para o efeito, a coima aplicada, esta será fixada pelo mínimo.

Artigo 26º

Fiscalização e notícia de infração

1. A fiscalização do disposto no presente Regulamento e a instrução de processos de contraordenação são da competência da JFO.
2. A notícia de infração será entregue na JFO, que deverá averiguar da existência do ilícito, da sua gravidade e do grau de culpabilidade do agente.

CAPITULO VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 27º

Suspensão definitiva da feira

1. A Junta de Freguesia, por sua iniciativa ou por solicitação da Câmara Municipal de Odivelas, pode suspender definitivamente a feira, quando a sua realização deixe de se justificar face à melhoria do equipamento comercial da zona ou por razões de reordenamento urbano, ou outras de carácter ponderoso, sem que haja lugar a quaisquer indemnizações aos feirantes.
2. A suspensão definitiva da feira só se realizará depois de ouvidas as associações ou representantes dos feirantes.
3. As associações e /ou representantes dos feirantes terão 30 dias para se pronunciarem. Se não o fizerem dentro do referido prazo, considera-se que concordam com a suspensão definitiva da feira.

Artigo 28º

Suspensão temporária da feira

1. A Junta de Freguesia de Odivelas, pode suspender temporariamente a feira, por motivos de organização de eventos de interesse para a freguesia, sem que haja lugar a qualquer indemnização.
2. Quando o evento abranger dois dias de feira, a JFO deverá informar os feirantes, num prazo mínimo de 30 dias, sobre a realização do evento em questão, ficando os mesmos isentos do pagamento da taxa mensal de ocupação ou utilização do terrado nesse mesmo mês.
3. No caso descrito no número anterior, a JFO deverá, igualmente, informar com o mínimo de 30 dias, as Associações representativas dos feirantes, acerca da suspensão temporária da feira.

Artigo 29º

Termo de Responsabilidade

Os titulares dos terrados responsabilizam-se pelo cumprimento integral deste Regulamento, assumindo este compromisso através da sua assinatura em documento que lhe será apresentado pela Junta de Freguesia de Odivelas para o efeito.

Artigo 30º

Direito subsidiário

Nas omissões do presente Regulamento, aplicar-se-ão as normas, posturas e demais legislação em vigor.

Artigo 31º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entrará em vigor quinze dias após a aprovação pela Assembleia de Freguesia.

ANEXOS

I. Terrados

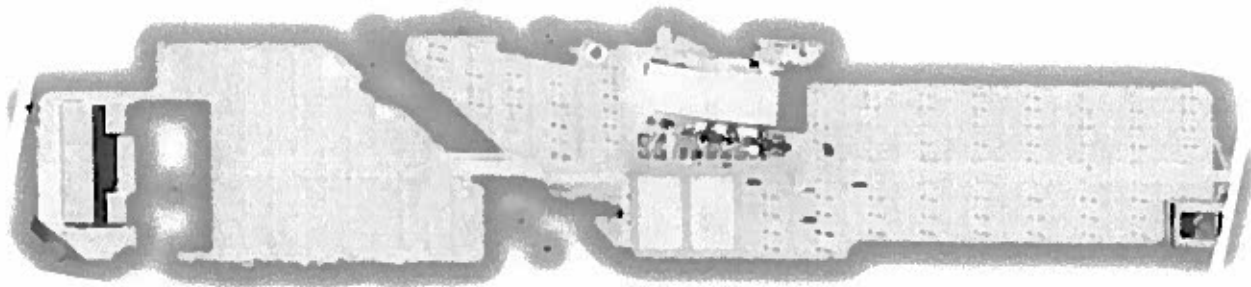
II. Taxas

III. Coimas

IV. Produtos Interditos

ANEXO I

Terrados



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.

ANEXO II

Tabela de Ocupação de Via Pública

- 0,46€ por m2

Tabela de comparticipação mensal nas despesas de eletricidade

- Terrados que utilizem câmara frigorífica, motores, fornos e máquinas de café..... 30,00€
- Terrados que não utilizem nenhum dos equipamentos mencionados..... 15,00€

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.

ANEXO III

Coimas

As infrações ao disposto no presente Regulamento constituem contra-ordenação, punível com coima, nos termos adiante indicados:

- a) Incumprimento do horário e das regras de circulação e estacionamento constitui contra-ordenação punível com a coima:
Mínimo: 100,00 € - Máximo 750,00 €
- b) Expor os produtos para além do espaço do respetivo lugar da venda, constitui contra-ordenação punível com a coima:
Mínimo: 50,00 € - Máximo 250,00 €
- c) Não estar na posse ou recusar-se a exhibir às autoridades fiscalizadoras o cartão de feirante ou licença de venda, constitui contra-ordenação punível com a coima:
Mínimo: 50,00 € - Máximo 250,00 €
- d) Instalar lugar de venda numa zona diferente da autorizada, constitui contra-ordenação punível com a coima:
Mínimo: 100,00 € - Máximo 750,00 €
- e) A falta de instrumento de peso ou medida quando a natureza dos produtos vendidos o exija, constitui contra-ordenação punível com a coima:
Mínimo: 250,00 € - Máximo 1.000,00 €
- f) A falta de asseio e higiene dos feirantes ou nos meios de transporte, exposição e venda, constitui contra-ordenação punível com a coima:
Mínimo: 350,00 € - Máximo 1.750,00 €
- g) A utilização de aparelhagem sonora, megafones e afins, constitui contra-ordenação punível com a coima:
Mínimo: 100,00 € - Máximo 750,00 €
- h) O exercício da atividade por pessoa diferente do titular da licença da ocupação ou empregados e familiares devidamente inscritos, constitui contra-ordenação punível com a coima:
Mínimo: 100,00 € - Máximo 750,00 €
- i) A venda de produtos alimentares em condições que ponham, em perigo a saúde dos consumidores, constitui contra-ordenação punível com a coima:
Mínimo: 350,00 € - Máximo 1.000,00 €
- j) Alterações graves com consumidores ou outros feirantes e alterações graves e/ou desobediência reiterada a ordens legítimas dos funcionários em serviço no local ou outras autoridades, constitui contra-ordenação punível com a coima:
Mínimo: 350,00 € - Máximo 1.000,00 €
- k) A ocupação indevida dos acessos do corredor da feira, constitui contra-ordenação punível com a coima:
Mínimo: 100,00 € - Máximo 750,00 €

- l) Despejar águas, restos de comida, lixos ou outros detritos fora dos locais destinados a esse fim, bem como não deixar limpos, no final do período de venda, o lugar e espaço envolvente, constitui contra-ordenação punível com a coima:

Mínimo: 250,00 € - Máximo 1.000,00 €

- m) A venda de produtos não autorizados, constitui contra-ordenação punível com a coima:

Mínimo: 100,00 € - Máximo 750,00 €

Quando os produtos constem de lista de produtos proibidos a coima eleva-se:

Mínimo: 350,00 € - Máximo 1.750,00 €

- n) Depositar ou deixar qualquer artigo nos lugares de venda fora do período de funcionamento da feira, constitui contra-ordenação punível com a coima:

Mínimo: 100,00 € - Máximo 750,00 €

- o) Exercer a venda sem licença, constitui contra-ordenação punível com a coima:

Mínimo: 100,00 € - Máximo 750,00 €

A determinação da medida da coima faz-se em função da gravidade de contra-ordenação, da culpa, da situação económica do agente económico que este reiterou da prática da contraordenação.

Pagamento Voluntário

Quando o infrator satisfazer voluntariamente e no prazo que lhe for fixado o efeito a coima aplicada, esta será afixada pelo mínimo.

ANEXO IV

Classificação dos Produtos Interditos

- Armas e munições, pólvora e quaisquer outros materiais explosivos ou detonantes;
- Combustíveis líquidos, sólidos ou gasosos, com exceção de petróleo e álcool desnaturado;
- Desinfetantes, inseticidas, fungicidas, herbicidas, parasiticidas, raticidas e semelhantes;
- Material de fotografia e cinema;
- Materiais de construção;
- Veículos automóveis, reboques, motociclos, velocípedes com ou sem motor e acessórios;
- Medicamentos e especialidades farmacêuticas;
- Carnes frescas ou congeladas, exceto quando utilizadas para serem confeccionadas nos locais de restauração (comes e bebes);

Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a large stylized signature and several initials.

Handwritten marks and signatures in the bottom right corner, including three distinct signatures.

